

Antropologia Colonial e a Produção de Conhecimento sobre Grupos

Étnicos da Guiné Portuguesa

Reflexão em torno da Tese de Mário Humberto Ferreira Marques

“Comportamento dos Mandingas da Guiné Portuguesa na Vida e na Morte”¹

ISCSPU, 1965

Ana Mafalda Abreu e Castro Menezes Falcão

ISCTE

ana.falcao@sapo.pt

A produção científica portuguesa respeitante ao período colonial foi fortemente condicionada por um poder político que pretendia manter a forma colonial existente, alheio às exigências de mudança provindas da conjuntura internacional. Muitos dos autores deste saber participaram activamente nos programas políticos do regime colonial, e mesmo do autoritário, revelando assim a natureza essencialmente política da esfera científica da época. Nesta comunicação pretende-se deixar explícito o entrosamento entre discurso antropológico e dominação colonial, vínculo exemplificado no conteúdo dum das teses de final de curso do ISCSPU. Estas teses exprimiam os níveis de conhecimento (antropológico) em que se inseriram as decisões de política colonial nas décadas de 60 e 70. As referências imediatas dos autores destes trabalhos, que aliás exibem uma consistente igualdade de pontos de vista sobre as sociedades tradicionais, eram constituídas pelos ensinamentos ministrados nas Escolas Coloniais e, como tal, nenhuma novidade sobressai das análises que elaboram. Trata-se, portanto, através de uma leitura da tese “O Comportamento dos Mandingas da Guiné Portuguesa na Vida e na Morte” revelar a estreita conexão entre o saber antropológico e a ideologia colonial portuguesa, plasmada por um lado na valorização dos usos e costumes nativos transformados em “riqueza de Portugal”, e, por outro, no dualismo que opõe a incivilidade desta etnia à tolerância que sobre ela, no suposto respeito por esses mesmos costumes, os portugueses cultivaram.

Palavras-chave: Discurso antropológico, Dominação política, Ideologia colonial, Incivilidade, Tolerância.

¹ Comunicação apresentada no painel “*O Saber colonial e o fim da colonização*” (coord. Clara Carvalho, Departamento de Antropologia, ISCTE)

1. Discurso Antropológico e Dominação Colonial

A produção científica portuguesa no que respeita às colónias, principalmente no domínio das Ciências Sociais, encontra-se muito condicionada por um poder político que pretendia manter a forma colonial existente, alheio às exigências de mudança provindas da conjuntura internacional. Muitos dos autores deste saber participaram formal e activamente nos programas políticos do regime colonial, e mesmo do autoritário, revelando assim a natureza essencialmente política da esfera científica na época.

De facto, segundo Rui Pereira (1998), a afirmação institucional da antropologia portuguesa remonta à segunda metade do século XIX, e este desenvolvimento dos estudos etnográficos, em Portugal como noutros países Europeus, estava manifestamente associado à busca de uma identidade nacional. Esta prolífica geração de intelectuais em permanente contacto com as escolas e teorias que então se desenvolviam em Inglaterra, França e Alemanha, contrastou com o anacronismo académico que assolou a antropologia entre as décadas de 1930 e 1970.

Na sequência da Conferência de Berlim, Portugal demorou 70 anos a cumprir a exigência de ocupação efectiva das suas possessões coloniais, principal mandamento resultante do evento. Estabelecida a dominação política, económica e administrativa tratava-se de conhecer, de ocupar cientificamente o ultramar português, o que permitiu a elaboração de um plano, que servia ao “prestígio” e à “utilidade nacional”, por parte da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais. Este plano para manter as colónias reivindicava um papel, a par de outras ciências, para uma Antropologia baseada em dados etnográficos existentes nos arquivos portugueses, reconhecendo-se, num mesmo movimento, a insipiência dos estudos elaborados sobre as colónias.

A Junta de Investigações Científicas do Ultramar (J.I.U.), à qual se anexou mais tarde o Centro de Estudos Políticos e Sociais (C.E.P.S.), era expressão da ociosidade científica da altura. Porém, o CEPS viria dar vida a uma política de transformação do modelo colonial, organizando e coordenando as necessárias recolhas de dados. Adriano

Moreira, Director do CEPS entre 1956 e 60, asseverava mesmo que “por definição a situação colonial que interessa à ciência política é uma situação dependente da intervenção do poder político”; deste modo se reconhece a especificidade do colonialismo português do ponto de vista científico: “até então aos portugueses não interessava uma informação cientificamente válida, porque lhes bastava uma aparência de conhecimento” (GALLO, 1988: 18-19). Moreira enfatizava a urgência de um exame da situação colonial que assentasse no desenvolver de estudos monográficos sobre a dinâmica do fenómeno colonial, falando a partir de uma asserção de princípio que reafirmava o modelo cultural lusófono como ideologia da colonização. A aceitação do critério luso-tropicalista e a conjuntura favorável de que gozava o império Português no pós 2ª Guerra tornava possível tais projectos de delimitação de uma “área cultural lusófona, que todavia comportava elementos de discriminação em relação às populações autóctones, enquanto se delineava um clima de fraternidade humanitária que bem podia ser posto ao serviço das classes coloniais no poder” (GALLO, 1988: 20).

A produção cultural da J.I.U., ainda que frequentemente apresentada do ponto de vista antropológico, era, segundo R. Pélissier, autor que anos mais tarde se debruçou sobre a etnologia colonial portuguesa, escassa de trabalhos antropológicos e, entre estes, poucos teriam sido realizados por antropólogos portugueses. Donde concluiu a quase inexistência de uma antropologia colonial portuguesa, situando as poucas obras de cientistas sociais que se ocuparam da ex-África lusófona “abaixo do limiar científico mínimo”. Esta apreciação consubstancia-se na tónica conferida pelos antropólogos culturais aos aspectos esotéricos das religiões e cerimónias africanas, concentrando esforços na mera descrição de ritos tribais. Etnocentrismo que, aliado a uma dose avultada de paternalismo, encontramos plasmado nas obras dos melhores antropólogos portugueses. Nestas vemos perdurar a concepção ideológica que faz da imagem do negro enquanto “cidadão subalterno”, e da necessidade de guiar as populações autóctones porque incapazes de se autodeterminarem, as bases dos novos modelos integrativos para as situações coloniais portuguesas.

No campo dos estudos sobre a conexão entre a antropologia e o colonialismo português, Alfredo Margarido afirma que a primeira foi mero instrumento na mudança das formas coloniais. Isto porque seria, aliás, inútil ou pouco conveniente, no quadro de um colonialismo que reduz as populações autóctones a reservatórios de mão-de-obra.

Contudo, não é possível negar a existência concomitante de uma “*antropologia aplicada*”, funcionando nos momentos de normalidade da prática colonial, ainda que não praticada necessariamente pela mão de antropólogos. Na verdade, até há alguns anos em Portugal não se formavam antropólogos a um nível académico, mas a antropologia era uma cadeira das escolas de quadros coloniais. Os sistemas de investigação manejados por estes funcionários do regime foram os mais variados, desde que permitidos pelo enquadramento colonial, e a pesquisa de campo constituiu o denominador comum entre eles. O argumento que daqui emana refere-se a uma especificidade do colonialismo português que, a despeito da pobreza, fragmentação e subalternidade da antropologia portuguesa, agregou autonomamente um conjunto de saberes sobre as suas colónias. À semelhança das outras nações coloniais europeias, também Portugal construiu um saber colonial, de que fazem parte “noções e conceitos confluentes no património do saber antropológico europeu” (GALLO, 1988: 24), resultado de determinadas práticas científicas peculiares.

Analisar a produção colonial portuguesa de 1950 a 1975 implica primeiramente considerar a posição do País na década de 50, conjuntura internacional onde emergem renovadas acções dos capitalismos ocidentais face aos países desenvolvidos e, assim, se revelam os elementos de fraqueza e crise do império português. Era necessário elaborar uma estratégia que, instaurando o consenso social interno, permitisse a continuidade do colonialismo evitando a contaminação das formas neocoloniais de territórios vizinhos. É precisamente no âmbito deste empreendimento contra as formas eversivas que se pode situar as produções do C.E.P.S. e do I.S.C.S.P.U. Esta última instituição é produto das múltiplas reformas sofridas pela Escola Colonial desde a sua criação, em 1906, proposta da Sociedade de Geografia de Lisboa no sentido de produzir uma ciência colonial.

A finalidade principal do ISCSPU era a de formar quadros civis e militares capazes de fazer funcionar as estruturas da administração colonial, e as datas das reformas que antecederam a sua consolidação reflectem as transformações dominantes sobre a função dos quadros coloniais. No decreto de 1906, que institui uma Escola Colonial onde figuram disciplinas como geografia e história mas se pretere a etnologia geral em prol de uma geografia colonial, ressalta a intencionalidade de imbuir os cursos dos quadros coloniais de cadeiras que acelerem a adaptação do conhecimento às formas de dominação. A reforma de 1919, esclarece ainda melhor o formato da presença

portuguesa nas colónias, uma vez que se introduzem elementos de teoria económica e de ciências das finanças, disciplinas funcionais à formação dos administradores. Em 1926, ano de uma nova reforma, reconhece-se a necessidade de adaptar o sistema de conhecimento às novas exigências coloniais, fazendo sentido acrescentar as disciplinas de direito internacional, privado e público e ainda formação relativa a práticas judiciais e notariais. A etnologia mantinha-se no currículo mas a sua aplicabilidade e utilidade prática era considerada de segundo plano, frente aos desígnios de domínio em curso. Uma nova reviravolta na orientação destas formações ocorre em consequência da segunda guerra mundial que, modificando o posicionamento português no quadro internacional do capitalismo, justifica o abandono de lógicas formativas anteriores. No ano de 1946, representando um momento de crescimento económico do colonialismo português, procede-se à reestruturação do antigo curso de Administração Colonial do ISCSPU, mantendo a sua função de formar quadros coloniais, e cria-se uma segunda formação, em Altos Estudos Coloniais, visando preparar os quadros teóricos do colonialismo. Em ambos os cursos constava a etnografia, de ora em diante com uma utilidade prática cada vez mais reconhecida. Uma nova reforma, em 1961, espelha o aumento do enfoque etnográfico ao introduzir a cadeira de antropologia cultural no Curso Complementar de Estudos Ultramarinos.

Porém, se é verdade que se procedeu, através destas reformas, a uma actualização ideológica de Portugal, que, nomeadamente pela adopção de uma política assimilacionista, o punha a par de outras formas de colonialismo europeias, “esta [actualização] não se fazia com o fim efectivo de uma transformação do sistema de domínio” (GALLO, 1988: 29). De facto, a reforma de 1946, pondo fim à figura do administrador-etnógrafo na qual se baseavam as precedentes, preconizava agora a intervenção de um antropólogo, entendido como “um especialista do carácter físico, biológico e comportamental das populações primitivas e não um especialista das sociedades primitivas então existentes” (GALLO, 1988: 31). A etnologia praticada por esta nova figura permitia deduzir as leis gerais dos fenómenos das vidas dos povos, desde a sua origem até ao estado actual de civilização, através de análises de tipo físico, biológico e comportamental do indivíduo, pois que “a etnologia é a ciência que trata da formação e dos caracteres físicos das raças humanas” (GALLO, 1988: *idem*).

A aceitação destes princípios foi bastante simples dado que, por um lado confirmavam a tradição portuguesa que a partir de Mendes Corrêa foi sobretudo a da antropologia física e, por outro, eram conjugáveis com a ideologia colonial e as suas exigências de domínio. A recorrência a M. Corrêa é inevitável, ao abordarmos a vertente física da antropologia ou, preferindo, o sentido antropobiologista reinante durante quase toda a primeira metade do século XX. Em 1918, António Augusto Mendes Corrêa cria com Américo Pires de Lima a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, cuja designação trai desde logo “uma divisão fundadora no campo das ciências antropológicas em Portugal na primeira metade deste século: de um lado a Antropologia entendida como o estudo do homem físico; do outro a Etnologia, entendida como o estudo do homem cultural e social” (PEREIRA, 1998: VII).

Fundador da «Escola do Porto» este médico, doutorado em Antropologia física, marcou decisivamente a orientação do pensamento antropológico português por toda a primeira metade do século. No âmbito de actividade desta escola, as primeiras acções em terreno colonial dignas de menção foram as famosas *missões antropológicas*, tuteladas por Mendes Corrêa, que se dispunham “proceder ao conhecimento dos grupos étnicos de cada um dos nossos domínios ultramarinos, ou seja, a elaboração das respectivas cartas etnológicas” (PEREIRA, 1998: XVII). Foi a época de força da antropobiologia, da mensuração e da quantificação, convertidas nas únicas investigações antropológicas úteis, e portanto também possíveis, por serem capazes de fornecer à administração colonial portuguesa os meios de reforçar a sua ocupação e incrementar a mobilização da força de trabalho indígena.

Assim se subtrai à antropologia qualquer ligação às estruturas sociais dado que ela é apenas o principal elemento para o estudo do crânio humano. Esta visão restritiva das disciplinas etno-antropológicas, vinculada a uma concepção científico-naturalista das ciências, foi-se somando, paulatinamente, de novos elementos naturais, geográficos e históricos que, suplantando a simplista visão craneológica, desencorajava a disciplina das categorias exclusivas da antropologia física. Esta lógica corporiza-se nas reformas de 1946 e 61, onde vemos surgir a antropologia cultural nos cursos do ISCSPU. As concepções contidas nos manuais desta disciplina apontavam para uma ligação entre cultura e comportamento dos indivíduos, partes de uma equação em que os segundos são produto de uma combinação complexa aprendida e das tendências genéticas de cada

um. Esta visão ratificava as convicções portuguesas relativas aos povos africanos, que continuavam a ser “cidadãos de segunda”, sem se afastar de uma grelha interpretativa de carácter biológico e social. O entendimento ideológico do “outro” não era alterável, excepto através de simulações que propusessem novamente a sua inferioridade ou subalternidade a um outro nível.

Retornado à produção cultural do CEPS, detenhamo-nos no caso particular dos Relatórios Confidenciais, resultados de missões a África e cujos principais objectivos se cifravam, por um lado, em fazer frente às pressões do colonialismo internacional e, por outro, na procura das condições necessárias para uma racionalização eficaz da gestão colonial. Frequentemente alvos de censura e de modificações estratégicas, resultavam cientificamente inaceitáveis, podendo mesmo conter conclusões diametralmente opostas às da pesquisa original. Em termos temáticos podem ser classificados em três grupos, consoante tratassem de movimentos associativos e minorias étnicas, sobre a acção das missões e razões da emigração para as cidades, ou ainda do rendimento nacional do ultramar. É pela análise destas produções que, na óptica de Donato Gallo, se esclarece a relação entre antropologia e colonialismo, elucidando também as dinâmicas culturais que favoreceram e regularam as diferentes funções da antropologia da época.

Após a década de 50, este tipo de produção não aparece senão no formato de teses de final de curso do ISCSPU, redigidas pelos vários administradores coloniais que tinham frequentado o curso de Altos Estudos Coloniais. Existiam simultaneamente facilidades para os que, de entre estes, pretendessem licenças para elaborar a tese, e fortes penalizações para quem desta quisesse eximir-se. É neste sentido que podemos afirmar, seguindo o raciocínio de Gallo, que as teses aparecem como uma continuidade dos relatórios confidenciais e, tal como estes, quando publicadas pela J.I.U., privilegiavam o discurso ideológico do regime.

O estudo dos relatórios e das teses serviu para atestar a sua argumentação em torno da existência de uma antropologia colonial portuguesa, mas também revela “as duas directrizes principais da sua funcionalidade: a gestão dos momentos de transição da forma colonial e o uso ideológico para o interior de Portugal” (GALLO, 1988: 38).

As teses de final de curso, pesquisas utilizáveis como fontes antropológicas, exprimiam os níveis de conhecimento em que se inseriram as decisões de política colonial do regime português nas décadas de 60 e 70. Alternando entre a fidelidade às

práticas normativas e a curiosidade antropológica, os autores destes trabalhos exibem uma consistente “igualdade de pontos de vista sobre as sociedades tradicionais, com as mensagens ideológicas elaboradas pelo regime e com a ideologia das noções antropológicas do período da sua formação na escola de quadros coloniais” (GALLO, 1988: 169). As suas referências imediatas eram constituídas pelos ensinamentos ministrados nas escolas coloniais e, como tal, nenhuma novidade sobressai das análises que elaboram, porquanto estão condicionados “ao ponto de serem completamente acríticos em relação à própria visão escolar da realidade colonial” (GALLO, 1988: *idem*).

Ora, no que concerne as práticas antropológicas podemos, então, aferir que o domínio colonial português se serviu de um aparato cultural cuja finalidade, ainda que tenha sido amiúde negada, era a de “conhecer para melhor dominar”. O saber colonial português foi, apesar de todas as indeléveis ligações ideológicas, directamente funcional para a gestão do poder nas épocas de crise e de transformação do modelo de controlo colonial. Gerou uma intelectualidade capaz de produzir análises etno-antropológicas passíveis de apropriação para uso político sobre a população dominada e de cariz propagandístico na metrópole. O condicionamento dos produtores deste saber devia-se essencialmente ao seu cometimento com o sistema de domínio, numa de duas modalidades possíveis: ou participando directamente nos aparatos coloniais ou dependendo deles para o financiamento das suas investigações. A presença destes mecanismos que submetiam a produção intelectual lusitana aos desígnios do império demonstra que “em Portugal o poder geria exclusivamente para os seus fins a necessidade, a possibilidade e o uso do saber colonial” (GALLO, 1988: 170).

É no seguimento destas asserções sobre o imbricamento entre antropologia e colonialismo que Gallo alerta para a precisão de revermos a acusação de acientificidade da produção cultural portuguesa ligada às colónias, verificando-a agora com base nas condições que a produziram: o único conhecimento permitido era o aplicado e aplicável e a posição objectiva do intelectual português era a de um prestador de serviços a quem se encomendava, controlava e até censurava o saber. O autor avança ainda que, para além de podermos com alguma propriedade aferir a existência de uma antropologia colonial portuguesa, os aparatos coloniais deste colonialismo funcionaram à semelhança dos de outras potências coloniais, com as respectivas diferenças que emanam da

especificidade de uma forma colonial subalterna e periférica ao sistema económico internacional.

A este propósito, também Rui Pereira, dez anos depois de Gallo, no prefácio que escreveu para a reedição do *Macondes de Moçambique* de Jorge Dias, propõe duas perspectivas diferentes, mas complementares, de encarar as relações entre a Antropologia e a dominação colonial:

(...) ou se considera o conjunto de problemas e temas questionados pela produção antropológica colonial como derivando das relações de força e das necessidades da própria situação colonial (...) ou, então, se avaliam, um por um, os contributos directos ou simbólicos, explícitos ou latentes, que tal produção antropológica prestou à empresa colonial. (PEREIRA, 1998: XLVII).

Ora, no caso da produção antropológica colonial portuguesa ambos os ângulos de abordagem se afiguram pertinentes, visto que, por um lado as necessidades coloniais ditaram a problematização científica – como no caso da relação entre medições antropométricas e a quantificação da força de trabalho indígena –, e, por outro, o levantamento etnográfico de determinadas culturas, mesmo servindo um intento de dominação colonial, representou, nalguns casos, uma prestação académica e científica importante.

É com base na articulação entre o poder heurístico destes dois vectores de análise da produção antropológica colonial, tendo bem presente o subjacente entrosamento entre discurso antropológico e dominação colonial demonstrado nas páginas precedentes, que passaremos a escarpelizar o conteúdo de uma das teses de final de curso do ISCSPU, cuja importância foi já referida no desenvolver da matriz teórica de Donato Gallo.

2. Os Mandingas da Guiné Portuguesa: Confronto entre *Incivilidade* e *Tolerância*

Em primeira instância cumpre ressaltar as particularidades desta tese de final de curso, que a distanciam de outras consideradas num mesmo olhar por Donato Gallo. Se, por um lado, a presente tese se insere no período considerado e surge na época da

extensão das lutas de independência iniciadas em Luanda a outras colónias portuguesas, por outro não foi elaborada por um aluno que tenha sido administrador colonial ou militar, critério de constituição da “amostra” de Donato Gallo. Decorrendo, aliás, destas circunstâncias particulares acresce ainda o facto da dissertação sobre o comportamento dos mandingas provir simplesmente da “conexão de elementos bebidos em fontes de várias origens” sendo, portanto, uma elaboração teórica desprovida de trabalho de campo.

Sobre o autor pouco se conseguiu averiguar, donde se infere a sua relativa marginalidade face a autores de destaque das ciências sociais comprometidas com o projecto colonial da época. Sabe-se, contudo que a motivação para a realização desta tese parte de uma lógica estatutária visto que o autor, diplomado com o curso superior colonial, aspirava através dela obter a equivalência ao grau de licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina, algo que se lhe tornou possível, desde que apresentasse uma dissertação, depois da reforma de 1961. Invoca, a este respeito, “a hostilidade que os diplomados da Escola Superior Colonial sentiram, durante muito tempo no ambiente ultramarino (...) e, se nos cingirmos apenas ao ambiente metropolitano, poderemos concluir que, se não havia hostilidade, notava-se, pelo menos indiferença” (MARQUES, 1965: II). As sucessivas reformas que foram reconfigurando uma Escola Superior Colonial em ISCSPU trouxeram consigo, à medida que os cursos se ajustavam às realidades coloniais e se subdividiam para melhor se especializarem, a instauração de hierarquias estatutárias entre os antigos e novos alunos de cursos com uma origem comum. O autor, consciente dessa realidade, confessa a mágoa de, em função dos seus deveres profissionais metropolitanos (Chefe de repartição do ensino liceal) “absorventes até ao esgotamento”, não ter podido frequentar o curso de Altos Estudos do reformulado ISCSPU.

A escolha do tema é também, no mínimo, curiosa dado que a Guiné na época “parecia não dar as mesmas preocupações que as outras colónias ao governo português”, assunção retirada por Gallo a partir do reduzido número de teses, entre 1961-1975, que sobre esta colónia versavam (1988: 95). No entanto, Ferreira Marques justifica a sua opção temática espacial por “ser a Guiné a nossa província ultramarina mais atingida pelo desvairamento negro da presente hora”, donde escrever sobre ela serviria para, ainda que modestamente, a defender (MARQUES, 1965: III). Ainda, a

escolha da etnia mandinga se rege por critérios de ligação ao projecto lusitano: “ser, o grupo mandinga o mais aliciante pelo fundo histórico de haverem sido os portugueses os primeiros europeus a tomarem contacto com os mandingas no tempo das descobertas” (MARQUES, 1965: *idem*). Para o confirmar, lança mão de uma descrição da época, atribuída a Duarte Pacheco Pereira, sem, contudo, a referenciar bibliograficamente. Esta inexactidão de fontes e inferências teóricas pouco documentadas e actualizadas vai percorrer todo o conteúdo da dissertação, facto ainda mais preocupante visto que é apenas de conexões teóricas que este se constitui. Mas o que interessa reter à primeira vista são simultaneamente as possibilidades eversivas do povo mandinga, ameaçadoras para o domínio português, como veremos adiante, e o “pleno clima de confiança nos portugueses, portanto, de mútua compreensão” que norteou as relações entre povo colonizador e colonizado (MARQUES, 1965: IV).

Apesar da manifesta ausência de pertinentes referências bibliográficas no texto, o autor faz no prefácio um elogio da excelência das obras em que se apoiou, fazendo especial menção à *reduzida* bibliografia de autores portugueses, muitos destes ligados ao C.E. da Guiné Portuguesa, e a uma mais *vasta* panóplia de autoria estrangeira. Os agradecimentos, dirigidos aos Drs. António Carreira, Fernando Rogado Quintino e ao Centro de Antropobiologia e Centro de Antropologia Cultural, ajudam, tendo em conta o que se disse no capítulo anterior, na compreensão do tipo de antropologia que se tentou pôr em prática neste estudo dos mandingas, e na decifração das referências mais imediatas de um autor, que são também as de uma escola, isto é, do ISCSPU.

Cabe ressaltar também a presença, no prefácio, de uma temática que só no final da tese começamos a compreender do que realmente se trata; Marques refere-se a África como “o alvo da curiosidade mundial” instituído pelo desejo de “desvendar o seu mistério” e a “pretensão de civilizar as suas gentes”, missão que “está agora polarizada na decifração do enigma económico-político suscitado pelas reivindicações que nela pululam, criadas pelas correntes ideológicas ou só aparentemente ideológicas que se alicerçam na finalidade, encoberta ou politicamente declarada, do ódio ao branco” (MARQUES, 1965: V). Esta temática será esclarecida atempadamente no decurso da análise da tese, por enquanto interessa analisar, passo a passo, os diversos capítulos que a constituem.

Começando por um relato, que se pretende histórico, da formação do grupo étnico, Marques invoca a *Doutrina de Monroe*, que afirma a posição dos Estados Unidos contra o colonialismo europeu, para refutar aos sudaneses a sua qualidade de autóctones da África. Numa lógica um pouco travessa Marques pretende deslegitimar esta pertença que, perturbando a apropriação colonial de povos e territórios, tem o seu revés de benefício para os sudaneses visto que, assim, se podem superiorizar face ao atraso dos verdadeiros autóctones: os negrilhos. Colonialismo e civilização dão as mãos numa relação inextrincável, onde, como veremos, o domínio português se legitima pela particular tolerância e compreensão reveladas no contacto com os povos que pretende subjugar/civilizar: “se os instigadores do ódio ao branco, em vez das promessas fantasiosas, lessem aos instigados os capítulos das suas histórias em que o ódio figura como causa principal no atraso e na ruína de muitas sociedades em evolução, talvez não conseguissem arranjar meia dúzia de adeptos” (MARQUES, 1965: 2).

A aparição dos mandingas dá-se pela mestiçagem entre autóctones, negros oceânicos da segunda invasão, e brancos do mediterrâneo. Destes cruzamentos conjugados às duas vagas de invasão de massas semitas, “em adiantado estado de civilização”, nascem os sarakolés ou soninkés. Inicialmente feiticistas, este grupo subdivide-se, com a expansão do islamismo, conforme a conversão; os não convertidos permanecem com a designação de soninkés ou sarakolés enquanto os convertidos passam a nomear-se mandingas, nome que provém da região do Mandén, considerada como a sua pátria. Em meados do século XIII e sacudido o jugo dos Almoravidas, que sucederam ao desmembramento do império de Kumbi, a parcela convertida dos soninkés, os Mandingas constituem o seu império, o império do Mandén. Mas este império acaba por sucumbir no despontar do século XV, seguindo-se a tomada do centro de África pelos árabes, e a conseqüente expansão do islamismo. O acolhimento desta orda islâmica não foi de todo unânime. De facto, com o Norte de África dominado pelos árabes e as populações subjugadas, aqueles que resistiam foram impelidos a rumar a Sul. E foi dessas massas fugidias que se formaram os grupos étnicos que envolveram a Guiné Portuguesa.

A chegada dos mandingas à Guiné portuguesa, difícil de precisar em termos temporais, foi, todavia, anterior à dos fulas-pretos feiticistas, e os primeiros, depois de estabelecidos, trataram de formar um grande estado que não se concretizou devido à

dispersão que dificultava a unidade política. Aquando da fixação dos fulas, o grupo mandinga exigiu-lhes uma elevada tributação de ocupação de território que lhes valeria grandes dissabores futuros. Com o aumento das massas de fulas-pretos a fixar-se na Guiné, estes, fingindo-se convertidos ao islamismo, uniram-se aos futa-fulas para se libertarem do domínio mandinga. Iniciou-se uma guerra sangrenta donde os mandingas saem vencidos dando origem à tirania dos Fula-Pretos e à tentativa de islamização dos dominados. Estes, impotentes, suportam a tirania e revelam diferentes posturas face à islamização: uns convertem-se, outros entram num sistema religioso misto e, ainda, outros revelam uma certa renitência: “é nos renitentes que se encontra a grande massa que no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX deram trabalho às autoridades portuguesas para receber o sopro de Cristianização que sempre foi timbre de Portugal, ao contactar com os povos de todas as latitudes” (MARQUES, 1965: 17). À igreja católica caberia desempenhar o papel de instituição legitimadora do regime colonial e dos valores por ele veiculados (THOMAZ, 2002:119) e, assim se divulga uma atitude doutrinária relativamente à qualidade evangelizadora e, logo civilizadora, dos portugueses, que, numa proposta quase luso-tropical, confere um carácter benevolente à colonização: “E, verificada a impotência para a rebeldia e as vantagens em aceitarem o domínio português, os mandingas entraram numa fase de quietação” (MARQUES, 1965: *idem*).

O primeiro grande capítulo da tese sobre o comportamento dos Mandingas é dedicado aos caracteres somáticos desta etnia, elaborados num texto praticamente telegráfico que desvela a adesão a uma análise antropométrica dos povos, eivada de ideias de determinação biológica de tipo racial esgrimidas enquanto discurso científico. O intuito de análises assim esboçadas era o de garantir a preservação da diferença e, no seu estudo por meios antropológicos reproduzir hierarquicamente a desigualdade, e com isto assegurar a preservação do império (THOMAZ, 2002: 111).

Segundo uma chave interpretativa baseada no pressuposto de que a diferença física se manifesta também enquanto diferença mental, Marques começa pela análise da estatura, “elemento indispensável à classificação dos vários grupos da humanidade”. Para tal convoca contributos de Alcide D’Orbigny, Barrow, Eugene Pittard e do Prof. António de Almeida, todos baseados em cálculos da média de uma série de mensurações, reconstruindo assim a homogeneidade através de uma abstracção

matemática, e “conferindo uma nova aparência de cientificidade a uma classificação oriunda do senso comum” (RAMOS, 2003). Os mandingas são considerados por Marques, tendo como base as anteriores “teorias científicas”, como povo de alta estatura. Para o atestar recorre a António Carreira, “Mandingas da Guiné Portuguesa”, onde este administrador colonial e antropólogo ligado ao Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, encontra valores médios elevados para os mandingas do sexo masculino e estaturas pequenas em indivíduos do sexo feminino. Deste modo permite-se afirmar que “esta diferença está absolutamente de acordo com a teoria científica de que, nos grupos humanos, a estatura do homem é sempre maior do que a da mulher, e o valor dessa diferença oscila, segundo Eugene Pittard, *Les Races et l’Histoire*, entre 9 e 12 cm”. Recorrendo a textos apodados de uma cientificidade duvidosa e, mesmo à época, já de certo modo datados, Marques vai forjando um entendimento antropológico dos mandingas, enquadrado por uma ciência das raças que, remetendo obviamente para Mendes Corrêa, vê a base desta noção na somatologia.

Continuando a percorrer os caracteres que definiam o conceito abstracto de raça, o índice cefálico figurava como outro dos elementos científicos encontrados para a classificação dos grupos humanos. A divisão em doliocéfalos e braquicéfalos, não isenta de polémica já na altura de realização da tese, espelha uma adesão a teorias de superioridade racial que pretendiam inferir do afastamento entre estádios de civilização dos povos. Quanto aos mandingas, como negros que são, são doliocéfalos na sua maior percentagem mas, nas observações de A. Carreira e Emília de Oliveira Mateus, esta última no quadro da missão antropológica da Guiné em 1946, surgem também as outras categorias cefálicas.

Baseando-se em Broca e Deniker, Marques vai estabelecer uma equivalência entre a cor da pele do mandinga e as escalas cromáticas propostas pelos anteriores autores: “a cor da pele dos mandingas corresponde ao último destes tipos [preto], mas a negrura varia em intensidade, ao sabor dos cruzamentos havidos no decorrer do tempo” (MARQUES, 1965: 22) Paul Broca, na época director da escola de antropologia de Paris, realizara estudos tributários de um darwinismo social que pretendiam determinar biologicamente a imagem do negro colocando-o entre “o homem e o macaco” (GALLO, 1988: 159). Deniker insere-se igualmente nesta linhagem de autores que pretendiam

classificar globalmente um povo com base nas observações somáticas e morfológicas da sua corporalidade, ignorando a enorme diversidade racial no interior de cada grupo.

A face, ou o ângulo facial é considerado, invocando-se novamente teorias científicas que neste caso não possuem referência, como outro dos indicadores do grau de intelecto. Assim, quanto maior a abertura do ângulo maior a superioridade intelectual, imputando-se aos negros, e logo aos mandingas, um prognatismo que correlaciona tipos morfológicos e atributos intelectuais. Para o índice nasal sucede o mesmo processo de mensuração e de construção de equivalências automáticas, porém não tão evidentes. No caso dos mandingas o autor afirma apenas que estes são platirrinios, sem especificar se em virtude desta qualidade se podem tirar conclusões sobre a sua condição intelectual. Sobre a boca, olhos, cabelo, vista e ouvidos as informações são escassas e inconclusivas, meras descrições que, à falta de apreciação presencial, o autor reproduziu de descrições lidas.

Relativamente aos caracteres psicológicos, as características são elencadas de forma breve e generalizadora, criando esse quadro de homogeneidade tão precioso no delinear de estratégias de dominação colonial. Os estudos deste tipo aspiram a discriminar e analisar primeiramente, e através da antropometria, as características morfológicas de um dado “tipo”, “e, depois, biotipologicamente, isto é, nas suas características funcionais de maneira a determinar os tipos constitucionais mais frequentes em cada um deles e, portanto, as modalidades mais características da sua fisiopsicologia” (RAMOS, 2003). A psicologia do mandinga caracterizar-se-ia, “segundo conclusões tiradas por pessoas que, pelo seu aturado contacto com os nossos mandingas, e pelo poder de observação demonstrado noutros trabalhos, nos merecem confiança” (MARQUES, 1965: 25), pelo sentimentalismo, pacifismo, adaptação, honradez, sentido artístico, ironia e superstição. Esta última, “que acompanha todos os actos da vida do mandinga” e, segundo A. Carreira, resume a sua ideia religiosa, é fortemente vincada durante a descrição dos seus comportamentos na vida e na morte, como apanágio do seu estágio inferior de civilização. Ora, os mandingas seriam então, pelo seu pacifismo e capacidade de adaptação, uma etnia particularmente dócil na aceitação do jugo colonialista português, não fora a proximidade de fontes subversivas e as doses avultadas de superstição que lhes estrutura o quotidiano. Ademais, o seu carácter adaptativo pode ser encarado como ameaça a este mesmo domínio uma vez

que, se pensarmos que em 1965 estavam já acesas muitas das guerrilhas de libertação africanas, os mandingas constituiriam um reduto de conformidade que o regime procurava a todo o custo perpetuar.

Partindo agora para uma análise do discurso sobre o comportamento mandinga, verificamos, desde logo, uma estratégia dúbia de afirmação das características positivas e ao mesmo tempo, da incivilidade desta etnia, que incapaz de se autodeterminar, justificava o domínio português, assente sobre as bases da tolerância religiosa e cultural que “caracterizariam a obra portuguesa no mundo” (THOMAZ, 2002: 281). De facto, o autor refere-se frequentemente às sociedades evoluídas como contraponto de comportamentos supersticiosos que descreve: “salvas as devidas distâncias, é o mesmo processo que, nas sociedades evoluídas, empregam as criadas, contando histórias de lobisomens aos filhos família, como forma de os terem em sossego [algo que] nos povos atrasados ainda é desculpável porque obedece ao espírito supersticioso que eles têm” (MARQUES, 1965: 37).

Sintoma da falta de cientificidade das descrições de Marques, que recordemos, não são mais do que reformulações das originais, são também os juízos de valor, o tom jocoso, e as comparações desniveladas que elabora: referindo-se a uma cerimónia de entronização ao papel de médico mandinga, Marques classifica de “*exortação patética*” as palavras dirigidas pelo Almami (padre muçulmano) ao novo profissional e, sobre a protecção das casas de mulheres, adverte que “os atrevidos são talvez em percentagem igual ou maior do que nas sociedades evoluídas”. Quando fala da casa mandinga fá-lo de forma flagrantemente etnocêntrica. Refere-se-lhe como um tegúrio, arrecadação, aprisco, “por ela pouca ou nenhuma diferença fazer da que serve para recolher animais”. Casa, para o autor, não é onde se habita, é-lhe exigido mais que isso; para que tal receba esse apelido é preciso ser um sítio “a que nós [civilizados] associamos a ideia de conforto, de segurança e de condições higiénicas” (MARQUES, 1965: 106). Perante tal cenário clama, com notória indignação, pela intensificação da construção, com a maior urgência, “de habitações dignas de serem ocupadas pelo ser humano que é o mandinga!”. Não querendo alongar-me na enumeração de mais exemplos desta parcialidade de análise, justifica-se referir ainda as representações reveladas relativamente à produção artística mandinga. Se numa altura Marques lhes realça o sentido artístico, noutra usa-o para imputar primitivismo: “têm alguma originalidade,

não há dúvida, mas sente-se nelas um fundo musical de primitivismo” (MARQUES, 1965: 109).

Noutra zona do texto faz-se a apologia da influência da civilização portuguesa na mudança comportamental dos mandingas: “Pela evolução por que tem passado o mandinga no contacto com a nossa civilização, nota-se hoje uma acentuada relutância das viúvas em aceitarem a união com os cunhados” (MARQUES, 1965: 45). Apreciações de carácter ético que desvalorizam as particularidades culturais de determinado povo, num processo que mediu pela bitola portuguesa todos os comportamentos que não se coadunavam com a mentalidade colonialista e autoritária do Estado Novo. É neste quadro de sentido que une Deus, Pátria e Família, que Marques faz uma ressalva ao “amor familiar” entre os mandingas: “esse amor tem de ser considerado num campo relativo, dada a psicologia gentílica” (MARQUES, 1965: 66). Neste aspecto particular se revelam as fraquezas de uma tolerância característica do português, porquanto esta só faz sentido numa determinada e bem restrita organização social dos significados. Só estando profundamente imbuído de uma crença na real superioridade de um povo sobre outro, se pode classificar aspectos da vida mandinga como “actos do mais puro barbarismo”. O que deveria estar em causa numa análise etnográfica, ou próxima dela, são menos juízos éticos sobre a vida dos povos em questão, do que, e já tendo presente a especificidade antropológica da época, uma descrição detalhada das características fundamentais de dada etnia.

Voltamos a assistir a resquícios de uma tese sobre a inferioridade das raças quando se aborda a questão das actividades desportivas. M. Marques esclarece, a dada altura, que “o desenvolvimento intelectual do mandinga encontrou muito cedo o seu termo, o que o leva a fugir de tudo o que exija esforços mentais” (MARQUES, 1965: 49). Ora, não sabemos o que o leva ou em que documento se apoia para assumir tal coisa, mas este darwinismo social manifesto em produções que se queriam antropológicas, serviu ao regime para se posicionar discursivamente acima de qualquer negro, tido como objectivamente inferior. Este etnocentrismo e paternalismo explícito nas produções antropológicas portuguesas era ainda de maior funcionalidade em períodos em que se temia a turbulência das lutas de libertação nas colónias.

A ocupação europeia de África é enfatizada por Marques como “sinónimo de pacificação”, e como tal de civilização e progresso: “tornando possível a movimentação

com segurança, originou a criação de novas vias de comunicação e, daí, o desenvolvimento económico das regiões” (MARQUES, 1965: 64).

A “acção lenta e pertinaz da colonização dos europeus”, a sua “boa vontade” é sempre enfatizada nas considerações de Marques, principalmente quando se toca no aspecto político e religioso da etnia mandinga. Em termos religiosos, afirma, baseando-se numa “autoridade em assuntos da Guiné” – Teixeira da Mota –, que os mandingas se distribuem por duas formas religiosas principais: o animismo, na zona litoral e a norte do canal do Geba, e islamização, nas zonas de transição e do interior. A história da submissão mandinga ao domínio fula reverteu-se num predomínio acentuado do islamismo nestas duas etnias, porém, sabe-se que há “católicos civilizados de raça negra” (MARQUES, 1965: 82).

Alegando a fragilidade da organização política mandinga, revelada no rápido desmembramento do seu império e na submissão ao domínio fula depois da batalha de Turu-bã, Marques aproveita para inserir mais uma das suas considerações propagandísticas da benevolência lusitana, ao afirmar que “se não fora a intervenção das autoridades portuguesas, adoçando a prepotência dos dominadores [fulas], mais afincadamente sentiriam o erro” encerrado na modalidade da sua organização política (MARQUES, 1965: 85). A isto parece seguir logicamente um sentimento de dívida, de afeição pelo *bom colonizador*, incompatível com a série de correntes ideológicas que promovem o ódio ao branco.

Numa alusão clara ao pan-africanismo, que foi perdendo terreno com a emergência do nacionalismo africano, Marques revela-se preocupado com a série de movimentos eversivos que, sob a égide de reivindicações religiosas ou nacionalistas têm provocado uma “agitação negra quase total”. Já na época dos relatórios confidenciais de que nos fala Gallo, existia uma atenção particularmente interessada em defender os interesses do colonialismo português, postos em crise pelas tentativas de intromissão do capitalismo internacional. É o caso dos relatórios de Silva Cunha em que este analisa os vários movimentos eversivos, com origem política ou religiosa, demonstrando que “as origens destes movimentos estão nos estragos impostos pelo colonialismo às estruturas tradicionais” (GALLO, 1988: 43). Os movimentos religiosos eram nos relatórios retratados através de uma imagem em que reinava a incivilidade, e esta só poderia ser superada através da conversão ao catolicismo. De forma consentânea, vemos em

Marques uma mesma postura; este último diz mesmo que “os negros foram sempre propensos à continuação de sociedades secretas”, e as conexões ideológicas destas com os movimentos eversivos do poder colonial fá-lo reear as hipóteses de contaminação dos mandingas: “a situação geográfica de cada povo tem uma importância capital na determinação da maior ou menor facilidade de impregnação. O que estiver mais perto da fonte donde jorram as ideias terá mais probabilidade de ser atingido” (MARQUES, 1965: 118). Este é precisamente o caso dos povos da Guiné portuguesa e, logo, dos próprios Mandingas, razão que faz o autor discorrer sobre “as características especiais e únicas do sistema de Portugal contactar com os povos que civilizou” e que permitem esperar deles reconhecimento e gratidão. No entanto, “a proximidade de repúblicas recém-nascidas põe os povos que nela habitam na iminência de serem influenciados pelas novas doutrinas do continente” (MARQUES, 1965: *idem*).

Com o intuito de deixar clara a dívida dos mandingas para com o civilizador português, enceta uma revisão da história política dos mandingas, na qual, como já foi dito, o colonizador português, “adoçou” a prepotência dos fulas, colocando a salvo os elementos mandingas: “parece lógico admitir a existência de uma dívida de gratidão por parte dos mandingas da nossa Guiné para com Portugal, e, assim, admitir-se também a dificuldade da sua absorção pelas correntes de independência que volitam em seu redor” (MARQUES, 1965: 120). Mas, e no tom de alerta que faz desta tese um justo sucessor dos relatórios confidenciais, o autor faz especial menção a outras circunstâncias que podem subverter o rumo *lógico* dos processos de manutenção do império, tal como avançado anteriormente. Na verdade, a dispersão dos mandingas pelas terras do Mali, Gâmbia, Senegal, Sudão, República da Guiné e do Gana, “sabido como é que no Mali e na Republica do Gana se agitam com mais intensidade as doutrinas de emancipação do continente negro”, torna possível admitir a existência de uma profunda impregnação dessas doutrinas que ameaçam o domínio colonial português na Guiné. A simples existência deste pólo atractivo não pode pôr-se de lado e, mais uma vez reificando o etnocentrismo e paternalismo que o guiaram durante toda a tese, o autor adverte para a necessidade de se lhe dar maior ênfase “quando o atraído não atingiu o grau cultural que lhe permitiria discernir com equilíbrio”. O equilíbrio é aqui corporizado na perpetuação da dominação colonial portuguesa, em nome de um sentimento de gratidão que, ainda

assim, pode não conseguir neutralizar as forças de sinal contrário trazidas pelas “reivindicações negras em ebulição”.

A forma como se finaliza esta tese é a expressão mais finalizada do propósito último que levou à sua elaboração. Numa passagem que se assemelha a uma prece, eivada de um cariz religioso e de forte carácter ideológico, Ferreira Marques apela aos Céus para que guie no sentido certo um império que já era na época uma forma colonial em vias de extinção:

No entanto, porque neste momento nos acode à imaginação a Cruz de Cristo, dominando, bem de alto a estrada percorrida por mais de quatro séculos por uma Nação que teve sempre como principal determinante da sua expansão no mundo a conquista de almas e não a de territórios, encerramos esta dissertação na esperança de que Essa será a força que neutralizará todas as forças contrárias.

Tratou-se neste documento, indelevelmente revelador de uma ligação entre o saber antropológico e a ideologia colonial portuguesa, de por um lado valorizar os usos e costumes nativos e transformá-los em riqueza de Portugal, e por outro de opor a sua incivilidade à tolerância que sobre ela, no suposto respeito por esses mesmos costumes, os portugueses alimentavam. Procurava-se dessa forma “perpetuar o império e a sua estrutura hierárquica e, assim, garantir, no gradualismo da «transusão das almas», a própria existência da nação portuguesa nos quatro cantos do mundo” (THOMAZ, 2002: 277). Não obstante o que se tentou demonstrar nestas páginas, muito ainda ficou por dizer, numerosos autores de destaque por convocar e uma história do saber etnológico da Guiné por recordar. Mas, apesar de se estar a analisar em primeira-mão material intocado, à luz de uma antropologia que não é já aquela dos tempos coloniais, o volume de informação que poderíamos cruzar no espaço deste ensaio extrapola significativamente o que para a sua realização foi estipulado. Próximas oportunidades de repensar estas questões surgirão, e outros estudos poderão, a partir de abordagens como esta, ser iniciados, contemplando aspectos que, embora associados e pertinentes, em virtude de constrangimentos de dimensão não puderam aqui ser desenvolvidos.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Clara, 2005, “Antropologia da Guiné-Bissau” in *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Texto Editores.

GAILLARD, Gérald, 2000, “Brève évocation d’une histoire de la constitution du savoir ethnologique relatif à la Guinée Bissau” in GAILLARD, Gérald (dir.), *Migrations Anciennes et Peuplement Actuel des Côtes Guinéenes*, Paris, L’Harmattan, pp.539-577.

GALLO, Donato, 1988, *Antropologia e Colonialismo. O Saber Português*, Lisboa, ER.

MACEDO, Newton de, 1920, “Factos e teorias históricas (sociais)”, in www.ler.letras.up.pt/revistas/documentos/revista_49/artigo4551.doc, pp. 64-86.

MARQUES, Mário Humberto Ferreira, 1965, *Comportamento dos Mandingas da Guiné Portuguesa na Vida e na Morte*, Lisboa, ISCSPU.

PEREIRA, Rui, 1998, “Introdução à reedição de 1998” in DIAS, Jorge, *Os Macondes de Moçambique*, Vol.1, Lisboa, CNCDP e IICT.

RAMOS, Jair de Souza, 2003, “Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna” in *História, Ciências e Saúde*, Vol.10, nº.2, Rio de Janeiro (<http://www.scielo.br/>).

THOMAZ, Omar Ribeiro, 2002, *Ecos do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, editora UFRJ.